

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

VISÃO DA ABINEE:

A MP 810 objetiva o aprimoramento das Leis nº 8.248 e 8.387, visando dinamizar e fortalecer as atividades de P&D no setor de TIC.

Ambos os diplomas legais se constituíram no principal instrumento para estimular as empresas fabricantes de bens de TIC a investir um montante mínimo anual de seu faturamento na atividade de P&D.

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

OBJETIVOS DA MP 810/2017:

- Redução da burocracia;
- Aumento da eficiência dos procedimentos de acompanhamento das obrigações advindas de ambos os diplomas legais;
- Permite às empresas o parcelamento ou o reinvestimento dos débitos de aplicação de P&D oriundos de glosas ou por insuficiência de investimentos;

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

OBJETIVOS DA MP 810/2017:

- Reduz a insegurança jurídica e seu impacto negativo nas decisões de investimentos;
- Sinaliza de forma inequívoca ao setor produtivo que o Estado incentiva a manutenção e aumento das atividades produtivas das empresas incentivadas;
- Consolida investimentos e empregos, neste setor chave, num momento que o paradigma de Economia Digital é uma nova fronteira de oportunidades.

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

QUESTÕES OPERACIONAIS E OMC:

A MP 810/2017 trata apenas de questões operacionais, sem impactos orçamentários e financeiros e adicionalmente as alterações propostas estão em harmonia com as recomendações contidas no relatório do Panel da OMC, face ao contencioso aberto por Japão e UE, uma vez que o mecanismo de contrapartida de investimentos em P&D não viola os acordos internacionais de comércio.

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

QUESTÕES OPERACIONAIS E OMC:

Por último diminuirá significativamente o passivo acumulado no MCTIC ao longo de vários exercícios (2004 a 2015) face a não análise a tempo dos relatórios de aplicação em P&D.

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

INDICADORES ECONÔMICOS:

Indicadores das Empresas de TIC Habilitadas na Lei de Informática por Estados.

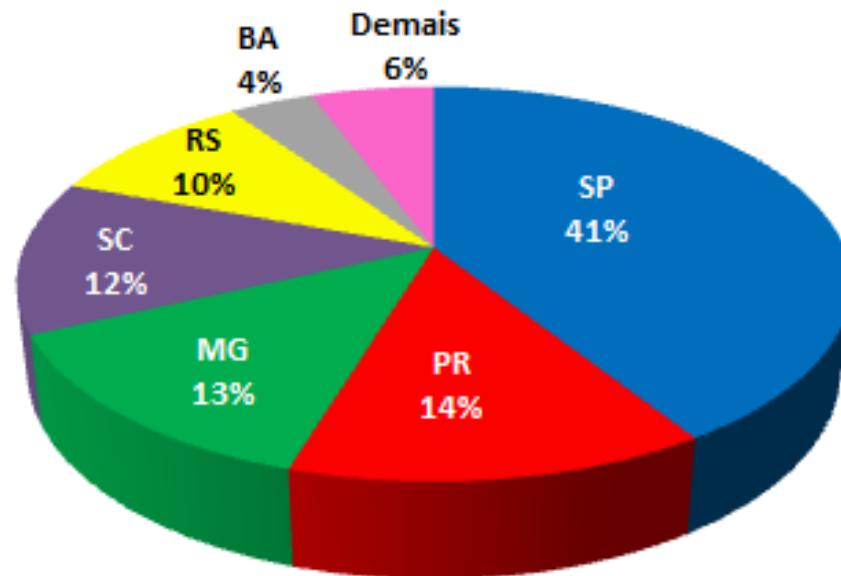
Dados referentes ao ano 2014.

Número de Empresas de TIC habilitadas:

Número de Empresas de
TIC habilitadas

UF	Empresas
SP	209
PR	70
MG	68
SC	64
RS	50
BA	20
Demais	29
Total	510

Empresas de TIC habilitadas = 510 empresas



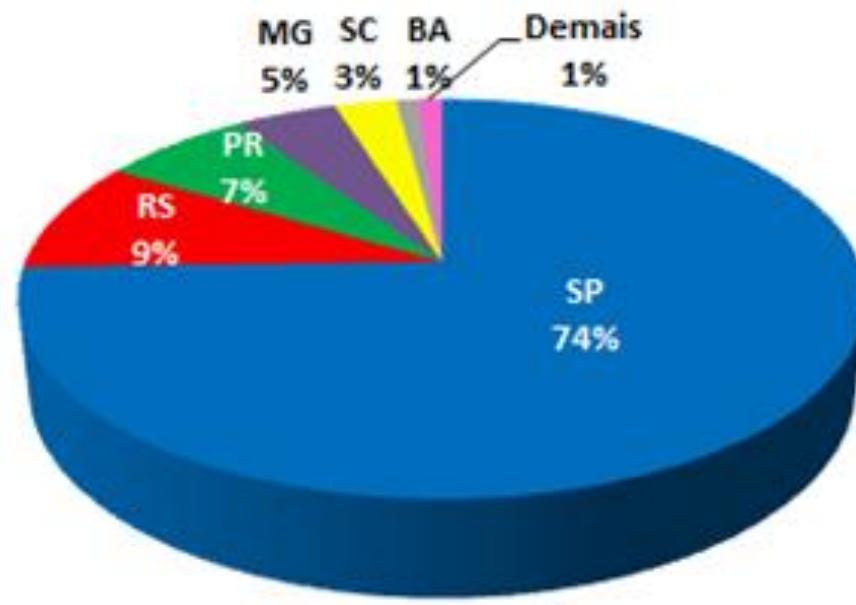
Fonte: MCTI/SEPIN

Faturamento das Empresas de TIC com Bens Incentivados:

Faturamento das Empresas
de TIC com Bens
Incentivados

UF	Faturamento em R\$ milhões
SP	34.759,11
RS	4.221,82
PR	3.176,65
MG	2.156,69
SC	1.310,86
BA	464,69
Demais	514,49
Total	46.604,31

Faturamento das Empresas de TIC com bens incentivados



Fonte: MCTI/SEPIN

MP 810/2017 – Lei de Informática – Audiência Pública 20/03/2018

Recursos Humanos nas Empresas de TI Habilitadas:

Recursos Humanos nas Empresas de TI Habilitadas

Recursos Humanos	Número de Pessoas
Total de Recursos Humanos nas Empresas	130.092
Recursos Humanos de Nível Superior	37.906
Recursos Humanos em P&D	8.436
Recursos Humanos em P&D de Nível Superior	5.896

Fonte: MCTI/SEPIN

Impostos Pagos referentes a Bens Incentivados:

Impostos Pagos referentes a Bens Incentivados em R\$ milhões

UF	IPI	PIS Cofins	ICMS	Total
SP	711,11	2.949,17	3.507,86	7.168,13
RS	35,06	223,94	499,63	758,63
PR	26,10	187,45	387,52	601,07
MG	39,22	190,06	186,33	415,61
SC	7,96	96,95	155,37	260,28
BA	0,50	24,31	53,83	78,64
Demais	1,73	37,15	59,81	98,69
Totais	821,68	3.709,01	4.850,35	9.381,05

Fonte: MCTI/SEPIN

Obrigações de aplicação em P&D:

Obrigações de aplicação em P&D

Obrigações de aplicação em P&D	R\$ milhões
Obrigações de aplicação em projetos próprios	610,64
Obrigações de aplicação em projetos conveniados	709,28
Depósitos trimestrais em FNDCT	114,76
Aportes em programas prioritários	12,26
Total das Obrigações	1.446,93

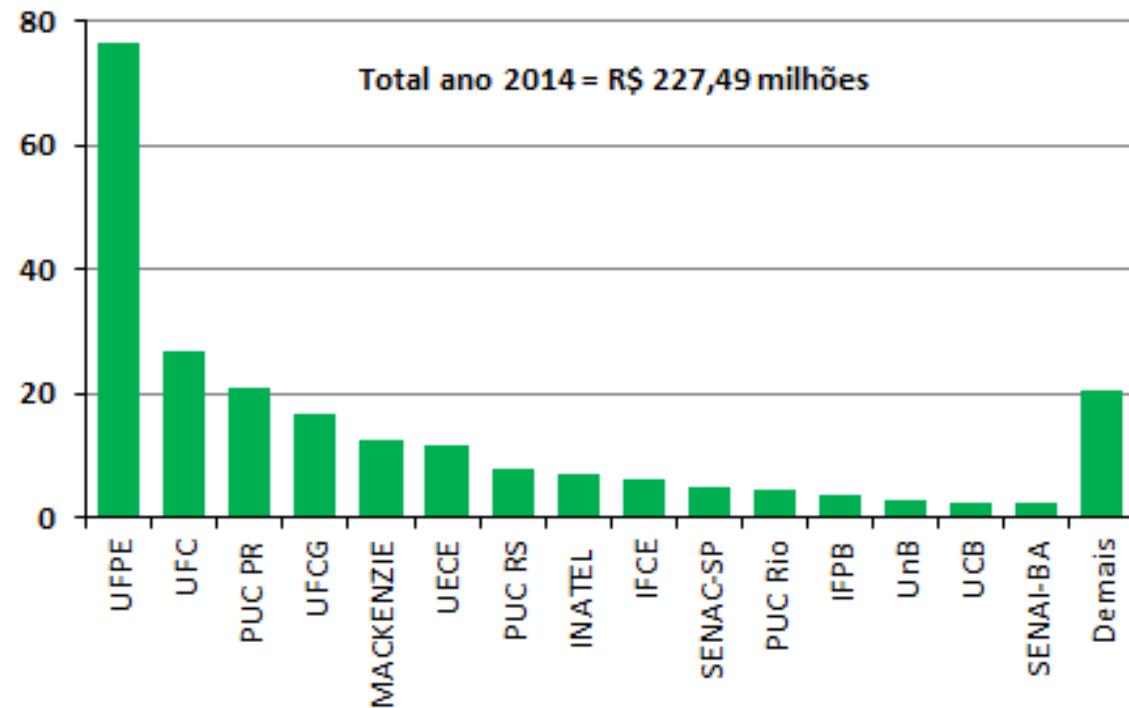
Fonte: MCTI/SEPIN

Valores repassados para Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento:

Valores repassados pelas Empresas Incentivadas para Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento

Instituições	R\$ milhões
UFPE	76,31
UFC	26,81
PUC PR	20,93
UFCG	16,88
MACKENZIE	12,50
UECE	11,63
PUC RS	7,97
INATEL	7,22
IFCE	6,35
SENAC-SP	4,79
PUC Rio	4,47
IFPB	3,80
UnB	2,77
UCB	2,31
SENAI-BA	2,26
Demais	20,49
Total	227,49

Valores repassados pelas Empresas Incentivadas para Instituições de Ensino, Pesquisa e Desenvolvimento (em R\$ milhões)

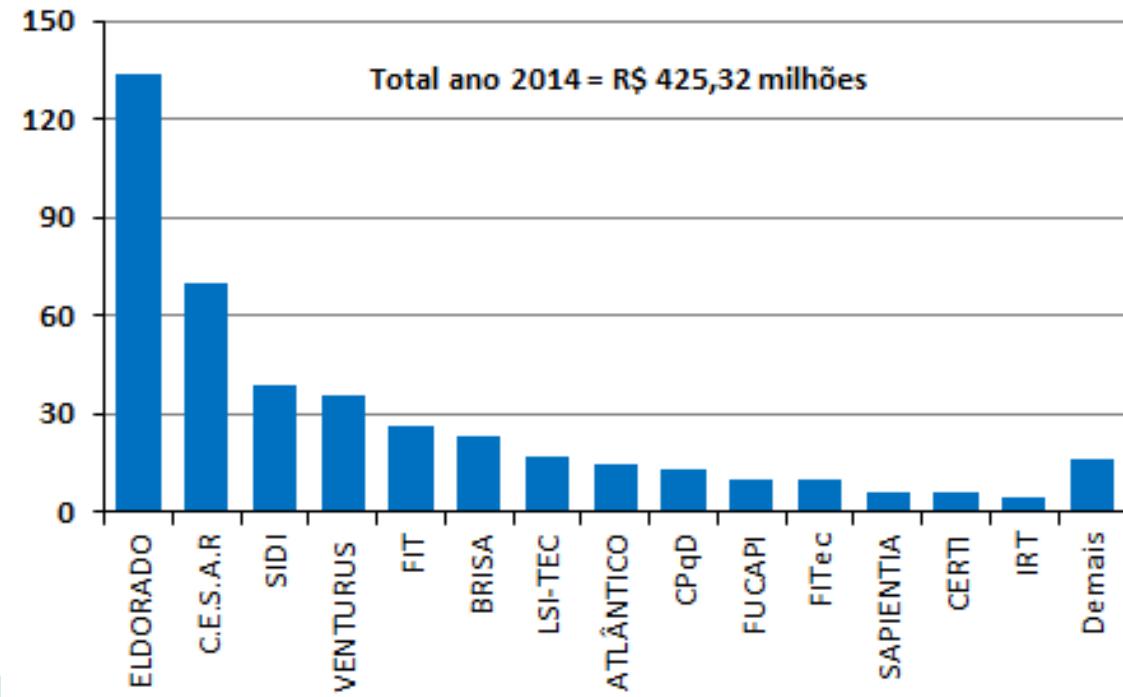


Valores repassados para Centros ou Instituições de Pesquisa:

Valores repassados pelas Empresas Incentivadas para Centros ou Instituições de Pesquisa

Centros ou Instituições	R\$ milhões
ELDORADO	133,80
C.E.S.A.R	69,92
SIDI	39,09
VENTURUS	36,05
FIT	26,11
BRISA	23,49
LSI-TEC	16,66
ATLÂNTICO	14,80
CPqD	12,81
FUCAPI	10,29
FITec	9,98
SAPIENTIA	6,27
CERTI	5,71
IRT	4,37
Demais	15,97
Total	425,32

Valores repassados pelas Empresas Incentivadas para Centros ou Instituições de Pesquisa (em R\$ milhões)



Fonte: MCTI/SEPIN

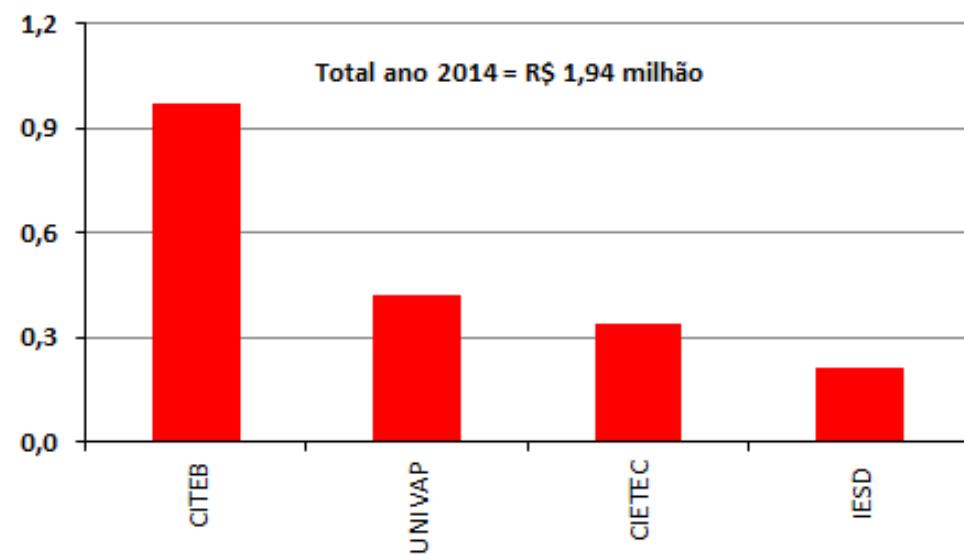
Valores repassados para Incubadoras:

Valores repassados pelas Empresas Incentivadas para Incubadoras

Incubadoras	R\$ milhões
CITEB	0,97
UNIVAP	0,42
CIETEC	0,34
IESD	0,21
Total	1,94

Fonte: MCTI/SEPIN

Valores repassados pelas Empresas Incentivadas para Incubadoras (em R\$ milhões)





MP 810/2017 – Lei de Informática Audiência Pública 20/03/2018

www.abinee.org.br